PENSANDO NATAL



35(042)
A478p

2002 / Ex.01 F000155

Carlos Eduardo Nunes Alves

Dezembro de 2002

PENSANDO NATAL



Carlos Eduardo Nunes Alves

Dezembro de 2002

12B-19.912
FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. F000155
07/07/04
35(042)
A478p
2002
EX:01

De modo geral, a vida das cidades em todo o mundo sofre um processo de degradação oriundo do crescimento da taxa de ocupação. Segundo o Censo 2000, 81,23% da população brasileira habita em áreas urbanas, índice comparável ao dos países desenvolvidos. Natal, ao atravessar a barreira dos 400 anos de fundação, não foge à regra.

O Censo de 2000 aponta Natal com 712.317 habitantes, um aumento de 8% em relação a 96, o que corresponde quase 56 mil habitantes a mais. Ou seja, no espaço de apenas quatro anos, Natal ganhou mais moradores do que a maioria das cidades do interior do Estado.

Compatibilizar esses índices de crescimento com a qualidade de vida é, sem dúvida, o maior desafio da administração pública. É preciso pensar a cidade de forma coletiva e atuar rápido para não perdermos essa qualidade de vida, um dos orgulhos maiores dos natalenses e dos muitos que vêm para cá em busca de uma vida melhor.

Para quem mora nos bairros centrais, a verticalização de Natal já é um problema, mas se analisarmos a cidade como um todo, veremos que o pior é a concentração dos edifícios numa área relativamente pequena do município. O Censo do IBGE mostra que 92% da população de Natal ainda mora em casas, isso porque a cidade se espraia para as regiões com renda mais baixa, principalmente a Zona Norte, onde hoje moram 244 mil pessoas, população maior do que a de Mossoró, a segunda maior cidade do Estado, com seus 213 mil habitantes.

Na comparação com 96, data da última contagem populacional do IBGE, também se vê como o crescimento da Zona Norte é acelerado. Aquela região da cidade teve um crescimento de 18,7% nesses quatro anos, bem acima dos 8% de média da cidade como um todo. É na Zona Norte que está concentrada a maior parte da população de Natal, chegando a 34,35% dos habitantes, seguida pela Zona Oeste com 195.584 habitantes, o que representa 27,45% da população.

Mas, como de resto em todo o Brasil, esse acelerado processo de urbanização veio acompanhado da manutenção de uma estrutura social injusta. Modernas estruturas urbanas convivem com a pobreza e a carência de serviços públicos essenciais. A realidade que temos nos mostra ilhas de prosperidade cercadas por guetos de miséria.

Quando se analisa a renda média dos chefes de família em Natal, se percebe que ela é inversamente proporcional ao número de habitantes. Enquanto na Zona Sul a renda média chega aos 11,62 salários mínimos, nas zonas Norte e o Oeste essa renda não ultrapassa os 3 salários mínimos.

DESIGUALDADE

Se olharmos mais detalhadamente os números do IBGE por bairro, veremos como a desigualdade e a exclusão social ficam evidentes. Em Tirol e Petrópolis a renda média está em torno dos 22 salários mínimos, já nos Guarapes é de apenas 1,63 salário mínimo.

Esses são apenas alguns números que mostram o desafio que todos temos pela frente. Quando digo todos é por entender que esse não é um problema a ser enfrentado apenas pelo poder público municipal. Promover a qualidade de vida, incentivar a vitalidade cultural e tornar mais justa a cidade, não podem prescindir da parceria e do envolvimento dos diversos atores sociais que participam do processo de transformação das cidades.

Para que tal premissa não fique apenas na vontade, mas que seja uma prática efetiva de cidadania, a Prefeitura do Natal promove nos dias 02 e 03 de dezembro o seminário Estatuto e Gestão Democrática da Cidade, onde se discutirá vivamente a participação comunitária como instrumento de real e benéfica intervenção no plano urbano.

A proposta da administração municipal é constituir uma assembléia aberta e plural, onde todos os agentes tenham voz e vez. Porém, a pretensão maior é que este processo seja permanente e dinâmico, como a própria cidade. Que ele não se limite ao espaço temporal do encontro e seja um exercício de todos o tempo todo.

Os desafios são múltiplos e variados. Passam por uma revisão das áreas destinadas a sistemas de circulação, à implantação de equipamentos urbanos comunitários, à manutenção de espaços livres de uso público, à revisão e aperfeiçoamento do Plano Diretor, do Código de Obras e da legislação fundiária, que permita a legalização da propriedade por parte dos muitos que nela residem sem a segurança do título de posse.

A urbanização acelerada fez com que as cidades em geral convivam com fenômenos nefastos, como a ocupação irregular de áreas de mangues, dunas, encostas de morros, margens de rios e lagoas por populações de

baixa renda, normalmente migrantes, e um processo deformado de valorização do solo, gerado pela especulação imobiliária.

Os números da prefeitura apontam a existência de 108 loteamentos não registrados na nossa cidade. Além de 70 áreas de moradias subnormais, onde residem mais de 65 mil pessoas. Uma cidade dentro da cidade. São pessoas que foram chegando e ocupando os espaços vazios sem nenhum ordenamento legal e que representam um aumento de demanda por obras de infra-estrutura e por serviços num crescimento exponencial, bem acima da capacidade financeira do município para atender a todos.

MEIO AMBIENTE

Esse crescimento também compromete a qualidade do meio ambiente na cidade. Essa é uma das nossas maiores preocupações. Por isso também queremos debater e envolver a sociedade nesse fórum para que se regulamente, atualize e modernize toda a legislação sobre ocupação e o uso do solo e da água, enquadrado nas questões ambientais, dentre muitos outros tópicos.

Para que não fique tudo isso apenas no plano das idéias, a Prefeitura do Natal já toma a iniciativa de abrir concurso no próximo ano para agregar ao quadro já existente 40 novos fiscais de urbanismo e meio ambiente. Afinal, não basta legislar. É preciso fiscalizar o cumprimento das leis.

Esta prática, por sinal, não deve ser restrita apenas aos agentes municipais. Cada cidadão tem o direito e o dever de se envolver na vida da cidade, denunciando aos órgãos públicos toda e qualquer irregularidade que afete a vida de uma rua, de um bairro, de uma comunidade. Só assim, num mutirão de cidadania, poderemos pensar e planejar Natal para construirmos a cidade que queremos para o presente e para futuro.

REGIÃO METROPOLITANA

Também é fundamental que o governo federal, que agora anuncia a pretensão de criar um Ministério das Cidades, viabilize urgentemente uma reforma urbana que priorize o papel estratégico das cidades na economia e leve em consideração o surgimento de regiões metropolitanas, um fenômeno que não é mais apenas inerentes às capitais.

Aqui, no Rio Grande do Norte, a população da Região Metropolitana de Natal, regulamentada através de lei estadual, chega a quase 1,1 milhão

de habitantes ou 40% da população total do Estado. Essas grandes concentrações urbanas representam um desafio de âmbito nacional. Vários serviços e problemas nas áreas de transporte, meio ambiente, segurança, saúde e saneamento precisam de uma gestão compartilhada.

Ao propor à sociedade uma revisão sobre o futuro da cidade, a Prefeitura do Natal abre campo para uma nova concepção de administrar e planejar nosso espaço urbano, baseada nos recentes papéis que estão sendo impostos à administração pública, em face da atual conjuntura econômica, do crescimento das desigualdades e da exclusão social e também da própria reestruturação do estado brasileiro.

TURISMO

Numa cidade turística como Natal, o planejamento urbano é a melhor forma que a prefeitura tem de garantir as condições para que a iniciativa privada desenvolva sua atividade e continue a gerar os empregos e a renda para grande parte da população. Segundo os estudos mais recentes, o turismo gera hoje quase 50 mil empregos diretos e indiretos na Grande Natal. No ano 2000, mais de um milhão de turistas nos visitaram, gerando uma receita calculada em US$ 196 mil. A magnitude desses números mostra o quanto temos que nos preocupar em manter a infra-estrutura da cidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos. Afinal, o turista só volta a uma cidade quando encontra as suas ruas limpas e arborizadas e a infra-estrutura viária bem conservada.

É por isso que hoje a Prefeitura investe R$ 3 milhões por mês para coletar mais de 1.586 toneladas de lixo por dia. É importante notar que o lixo chamado público, proveniente da varrição, podação, capinação e dos entulhos, representa metade desse volume. Ou seja, por dia a prefeitura retira das ruas da cidade 755 toneladas de lixo. Um trabalho cotidiano que muitas vezes não aparece, mas é fundamental para a cidade.

O destino final a ser dado ao lixo também surge como um dos grandes dilemas enfrentados pelas cidades brasileiras, Natal inclusive. Não é possível se encontrar uma solução definitiva para ele se não se pensar na forma de consórcios intermunicipais. Natal é uma cidade territorialmente pequena e não há mais em seus 169 quilômetros quadrados uma área disponível para a construção de um aterro sanitário compatível com seu tamanho

e suas perspectivas de crescimento. Além disso, outras cidades próximas também têm problemas para dar a destinação final ao lixo que recolhem. Nada mais prudente e inteligente, portanto, do que unirmos esforços para achar uma solução conjunta para esse problema.

PLANEJAMENTO

Em maior ou menor escala, numa ou noutra área, o quadro urbano atual se constitui em um dos maiores desafios para o gestor público. O governo municipal é o responsável pela formulação, implementação e avaliação permanente da política urbana, cujo objetivo é garantir a todos o direito à cidade e à justa distribuição dos benefícios do seu processo de modernização.

Oscar Niemeyer, um dos mestres da arquitetura do nosso tempo, ensina que "o importante não é a arquitetura, o importante é a vida". É justamente essa preocupação com a vida da atual e das futuras gerações que leva a Prefeitura do Natal a promover esse seminário e dar início a um fórum de debates que englobe todo o arcabouço social.

Vereadores, urbanistas, arquitetos, paisagistas, ambientalistas, engenheiros de trânsito, advogados, legisladores, líderes comunitários, representantes de órgãos não governamentais, economistas, representantes de associações de classe, as universidades, a imprensa e um sem número de profissionais e o povo em geral poderão discutir democraticamente o nível de qualidade de vida que todos desejamos para Natal. Discutir, propor, acompanhar e cobrar cada decisão.

Será, sem dúvida, um amplo exercício de cidadania. Será, no entanto, o primeiro passo para uma continuada prática de vivência do hoje e de planejamento do amanhã. Afinal, qualquer intervenção no tecido urbano afeta a vida de todos, por mais distante que isso possa parecer à nossa realidade cotidiana.

Não é tarefa fácil planejar uma cidade em crescimento. Na mesma medida em que se espraia e agrega novos bairros, Natal exige soluções novas. Do saneamento básico aos critérios de edificação, do transporte de massa, que hoje atende mais de 10 milhões de pessoas por mês, à distribuição espacial da população, Natal precisa ser repensada por todos nós.

TRÂNSITO

Um exemplo bastante claro está às vistas de qualquer cidadão quando dirige seu automóvel pelas ruas da cidade. A falta de estacionamento e a poluição do ar e sonora que o trânsito provoca já são uma realidade. Os números mais uma vez atestam isso. Em 1990, Natal tinha 42.297 veículos registrados no Detran, no ano 2000 já chegamos aos 164.823 veículos, no espantoso crescimento de 389% em 10 anos. Uma média de quatro habitantes por veículos. Essa é a média considerada padrão nos países desenvolvidos, mais um dado a comprovar o grau de desequilíbrio da nossa cidade. Vivemos numa cidade pobre, numa região pobre e num país pobre, mas temos uma média de veículos por habitante compatível com o chamado Primeiro Mundo. Isso gera problemas, é claro. A frota de veículos cresce, congestionando as vias públicas que não se multiplicam na mesma velocidade que essa demanda exigiria. Pensar em como solucionar problemas como esse é o que nos propomos.

PARTICIPAÇÃO

Daí a convocação que a Prefeitura faz a toda sociedade civil organizada, para que o novo cenário urbano a se desenhar seja representativo da vontade do todo. Longe das questões políticas ou partidárias.

Para tanto é necessário que olhemos e compreendamos Natal de forma integral, dentro da concepção do desenvolvimento sustentável. Nosso compromisso com o plano urbano não nos permite segmentar a cidade em ilhas, departamentalizar regiões, fragmentar a geografia. Natal é um todo e como tal deve ser vista e planejada para que seja bem melhor para todos.

**Artigo publicado no jornal O Poti no dia 24 de novembro de 2002*

Gestão compartilhada de Natal

O humanista Thomas Morus, em sua obra política e social – UTOPIA – expõe um sistema ideal de governo. Utopia tem hoje, genericamente, o sentido de sonho. É próprio do ser humano trazer na alma a essência do sonho, do desejo, seja ele utópico, inalcançável, ou realista, possível. Mas o que é o sonho, senhoras e senhores, senão o despertar da vontade? O ato inercial do querer e do fazer?

A vontade de construirmos uma cidade ideal para todos e melhor de se viver é precisamente o cerne deste nosso encontro. Com efeito, aqui buscamos materializar um sonho ao dar vez e voz a todos os segmentos organizados da sociedade, numa assembléia aberta e plural, à procura de novos parâmetros para o futuro de Natal. Perseguimos aqui o desenho de um cenário ideal. Sonhamos o amanhã.

Os preceitos da moderna administração recomendam que as decisões que afetam a vida de todos não podem ficar restritas aos gabinetes. A vibrante participação comunitária é essencial para dar plenitude a uma boa gestão. Ao procurar ouvir os mais diversos agentes que atuam em nosso cenário urbano, a Prefeitura do Natal quer emprestar um caráter amplo e democrático às decisões que serão tomadas mais à frente, tanto na esfera do Executivo, como do Legislativo e do Judiciário.

Pretende mais a Prefeitura, senhoras e senhores. Que este encontro não se estanque no seu limite temporal. Que a discussão salutar sobre os destinos de Natal seja um exercício permanente de cidadania, atuante e dinâmico como a própria vida da cidade. Deseja a Prefeitura um plenário efervescente, rico de idéias, completo de representatividade, onde todos devam ter o compromisso com o todo.

Oscar Niemeyer, um dos mais consagrados arquitetos da atualidade, nos lembra que "o importante não é a arquitetura, o importante é a vida". Melhorar o nível da qualidade de vida deve ser, portanto, o ponto central de

nossos objetivos ao pensarmos Natal. Uso do solo e da água, preservação das formações dunares, do rio e dos mangues, taxa de ocupação, saneamento, transportes e malha viária, destino final do lixo, poluição ambiental, o processo da conurbação, a legalização fundiária são alguns dos muitos desafios que temos pela frente. Não são poucos, não são fáceis de resolver. Com perseverança, porém, haveremos de transpô-los.

De 1996 a 2000, Natal teve um incremento populacional na casa dos 8%. Nosso sistema de transporte de massa atende hoje a mais de 10 milhões de pessoas mensalmente. Nos últimos 10 anos, a frota de veículos da cidade apresentou o espantoso crescimento de 389%. Os números da Prefeitura apontam a existência de 108 loteamentos não registrados ou clandestinos. Sem contar com o volume do lixo residencial, a Prefeitura retira diariamente das ruas, considerando varrição, podação, capinação e entulhos, 755 toneladas.

A citação de números é sempre cansativa. No entanto, esta breve mostra se impõe para dimensionar o expectro e a complexidade dos problemas que afligem uma cidade do porte de Natal.

Ao propor à sociedade, a partir de hoje, uma reflexão sobre o futuro da cidade, a Prefeitura do Natal abre campo para uma nova concepção de administrar e planejar nosso espaço urbano, em face dos recentes papéis que estão sendo impostos à administração pública, seja pela atual conjuntura do país, pelo crescimento das desigualdades e da exclusão social ou até mesmo pela própria reestruturação do estado brasileiro.

Compartilhar a gestão pública da cidade não significa, porém, que a Prefeitura abra mão do seu papel. O executivo municipal tem clara, como sua, a responsabilidade pela formulação, implantação e avaliação permanente da política urbana, cujo objetivo é garantir a todos o direito à cidade e à justa distribuição dos benefícios advindos do seu processo de valorização como sítio comum.

Cônscia de seus deveres, compenetrada em suas funções institucionais, a Prefeitura do Natal vem ao encontro do tecido social na busca da participação e do consenso em questões de suma relevância. Está visto que nosso Código de Obras normatiza-se por algumas resoluções ultrapassadas, não condizentes com a realidade atual e muito menos futura. À luz do Estatuto da Cidade, uma lei federal, nosso Plano Diretor precisa ser reexaminado,

expurgando-se o que ali estiver contido que não se coadune com os anseios atuais da sociedade. Estes e outros pontos precisam ser revistos por todos nós.

Afinal, senhoras e senhores, temos todos um compromisso permanente com essa bela cidade, nossa herança e nosso berço.

Natal já ultrapassou a barreira dos 400 anos. Daqueles idos tempos para os dias de hoje, sem indagarmos a origem, sabemos que muitos e graves problemas se acumularam. Apesar disso, Natal ainda é um bom lugar de se viver. Repito. Por seu povo, por seu clima, por sua paisagem, Natal é uma das melhores cidades brasileiras para se viver. No entanto, a cidade tem uma outra vocação que potencializa suas condições. Natal é também um dos principais pólos turísticos do Nordeste e do país.

Em média, mais de 1 milhão de turistas nos visitam anualmente. A atividade gera perto de 50 mil empregos diretos e indiretos na Grande Natal. A receita anual com o turismo se aproxima dos 200 mil dólares. Para manter e ampliar este fluxo, o planejamento urbano é a melhor forma de garantir as condições básicas para que a iniciativa privada desenvolva sua atividade e continue a gerar os empregos e a renda que a nossa população tanto necessita.

Está claro aí como os dados econômicos e sociais do segmento turístico dão conta da importância de se manter a qualidade da infra-estrutura e dos serviços públicos atualmente oferecidos. Mas precisamos melhorar, e muito, tais indicadores.

Sei bem, senhoras e senhores, dos grandes desafios que se nos apresentam. Não é tarefa fácil planejar uma cidade em crescimento. Enquanto Natal viu subir seu índice demográfico em 8%, segundo o último censo do IBGE, a Zona Norte da cidade cresceu no mesmo período – 1996/2000 - 18,7%. Hoje, aquela região concentra 244 mil habitantes, população superior à de Mossoró, a segunda maior cidade do Estado. Por isso, na mesma medida em que se espraia e agrega novos bairros, Natal exige novas soluções. Seu crescimento é inexorável e precisa ser defendido com ciência, com técnica e com vontade política.

Daí a convocação que a Prefeitura faz a toda a sociedade neste instante. Com criatividade e enfocando tão-somente o interesse coletivo, va-

mos desenhar um novo cenário urbano, representativo da vontade do todo. Vamos olhar e compreender Natal de forma integral.

Nossa ótica não deve se perder na miopia unilateral de segmentar a cidade em ilhas, departamentalizar regiões, fragmentar a geografia física e humana. Natal tem um espírito único e libertário. É uma cidade totalmente aberta a todos e como tal deve ser vista e planejada, para que seja bem melhor para todos.

Natal, uma por essência e trina por batismo, se oferece por inteira ao nosso exame. Que ele seja tão amplo quanto a visão dos três reis magos, que 2002 anos atrás vislumbraram o limiar de um novo tempo no brilho de uma estrela. É tudo que esta querida cidade do Natal espera de todos nós. Visão clara, limpa, isenta e desinteressada. Visão aberta, franca, cosmopolita.

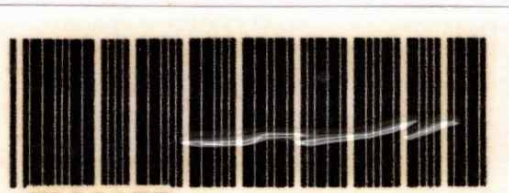
Vamos retribuir a esta cidade tudo aquilo que ela nos toca. Para que possa crescer e ficar mais presente em todos nós. Melhor, maior e mais cidadã. Natal espera muito de vocês.

Discurso proferido na Abertura do Seminário Estatuto e Gestão Democrática da Cidade em 02 de dezembro de 2002.



SEMINÁRIO ESTATUTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

02 E 03 DE DEZEMBRO 2002


F000155